

1 Aos três e quatro de maio de dois mil e cinco, na sala de reuniões do Departamento de Patrimônio  
2 Genético DPG, situ a SCEN trecho 2, bloco G, sede do IBAMA, Brasília-DF, realizou-se a 12ª  
3 Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade CONABIO. A reunião contou com a  
4 presença dos seguintes membros da Comissão: Sr. **Paulo Yoshio Kageyama** (titular) e Sr. **Braulio**  
5 **Ferreira de Souza Dias** (suplente), representantes do Ministério do Meio Ambiente MMA; Sra.  
6 **Ione Egler** (titular) e Sr. **Clóvis Andrade Júnior** (suplente), representantes do Ministério da  
7 Ciência e Tecnologia MCT; Sr. **Afonso Celso Candeira Valois** (titular), representante do  
8 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA; Sra. **Márcia Chame dos Santos**  
9 (titular) e Sr. **André Fenner** (suplente), representantes do Ministério da Saúde MS; Sra. **Adriana**  
10 **Sader Tescari** (suplente), representante do Ministério das Relações Exteriores MRE; Sra. **Raquel**  
11 **Porto Mendes Fonseca** (titular), representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
12 MP; Sra. **Fani Mamede** (suplente), representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário  
13 MDA; Sr. **Karim Bacha** (suplente), representante da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da  
14 Presidência da República SEAP; Sr. **Rômulo José Fernandes Barreto de Mello** (suplente),  
15 representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
16 IBAMA; Sra. **Cléia Anice da Mota Porto** (suplente), representante da Confederação Nacional dos  
17 Trabalhadores na Agricultura CONTAG; Sra. **Glaci Zancan** (titular), representante da Sociedade  
18 Brasileira para o Progresso da Ciência SBPC; Sra. **Sônia Machado de Campos Dietrich** (titular),  
19 representante da Academia Brasileira de Ciências ABC; Sr. **César Victor do Espírito Santo**  
20 (titular), representante das Organizações Não-Governamentais Ambientistas indicado pelo Fórum  
21 de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Sra. **Nurit Bensusan**  
22 (titular) e Sra. **Maria Adélia Oliveira Cruz** (suplente), representantes dos Movimentos Sociais  
23 indicadas pelo Fórum de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o  
24 Desenvolvimento; Sr. **Lúcio Flores** (suplente), representante da Coordenação das Organizações

25 Indígenas da Amazônia COIAB; Sr. **Angelo Rafael Greco** (titular), representante da Confederação  
26 Nacional da Agricultura CNA; Sra. **Grace Dalla Pria Pereira** (suplente), representante da  
27 Confederação Nacional da Indústria CNI; e o Sr. **Aladim de Alfaia Gomes** (suplente),  
28 representante do Movimento Nacional dos Pescadores MONAPE. Na reunião também estavam  
29 presentes: Sra. **Maria Iolita Bampi**, Sr. **Onildo João Marini Filho** e Sra. **Fátima Oliveira**, do  
30 IBAMA; Sra. **Helena Ferreira** e Sra. **Denise de Oliveira**, do CNPq; Sra. **Cláudia Zagaglia**, da  
31 SEAP; Sr. **Luiz Carlos Pinagé**, do Funbio; Sra. **Márcia Quadrado**, do MDA; Sr. **Rubens Nodari**,  
32 Sr. **Simão Marrul Filho**, Sr. **João Paulo Viana**, Sra. **Iara Vasco Ferreira**, Sra. **Raquel Resende**,  
33 Sra. **Sílvia Nery Godoy** e Sr. **Mauro Pichorim**, do MMA. A pauta da reunião compreendeu os  
34 seguintes itens: **Dia 3/05 (9h30min - 18h): 1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA PAUTA; 3.**  
35 **APROVAÇÃO DAS ATAS DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA (22/02/2005) E DA 5ª**  
36 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (23/03/2005); 4 - ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: 4.1**  
37 **Aprovação do Terceiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica.**  
38 **Dia 4/05 (9h30min - 18h): 4.2 Resultados da Câmara Técnica Temporária Cerrado e**  
39 **Pantanal; 5. INFORMES: 5.1 COP-8; 5.2 - Implementação do Protocolo de Cartagena Sobre**  
40 **Biossegurança no Brasil e preparação para a COP-MOP 2 (First meeting of the Ad Hoc**  
41 **Open-ended Working Group on Liability and Redress under the Biosafety Protocol, 25-**  
42 **27Maio2005, Montreal, Canadá" e "Second meeting of the Conference of the Parties serving**  
43 **as the meeting of the Parties to the Cartagena Protocol on Biosafety - COP-MOP-2, 30Maio-**  
44 **3Junho2005, Montreal, Canadá); 5.3 - Preparação para a Reunião do Grupo de trabalho *Ad***  
45 ***hoc* de Áreas Protegidas da CDB, Itália, 13 a 17 Junho 2005 (Ad Hoc Open-ended Working**  
46 **Group on Protected Areas); 5.4 Projeto Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática e dos**  
47 **Recursos Hídricos na Amazônia AquaBio; 5.5 Projeto Nacional de Priorização e**  
48 **Transversalização da Biodiversidade e Fortalecimento Institucional (PROBIO II); 6 -**  
49 **ASSUNTOS GERAIS; 7 ENCERRAMENTO.** Sr. **Paulo Kageyama** abriu a reunião às dez horas

50 e vinte minutos do dia três de maio, informou que a Sra. Ministra Marina Silva estava hospitalizada  
51 e submeteu a pauta da reunião à aprovação. Após algumas inversões na ordem da pauta e o  
52 acréscimo de um item para a votação da minuta de deliberação sobre a criação da Câmara Técnica  
53 sobre Coleções, a pauta foi aprovada. Seguiu-se a avaliação das atas da 11a. Reunião Ordinária e da  
54 5a. Reunião Extraordinária que, após pequenas modificações, foram aprovadas. Quanto ao item 4.1  
55 da pauta, o Sr. **Paulo Kageyama** explicou que o prazo de entrega do Terceiro Relatório Nacional  
56 para a Convenção sobre Diversidade Biológica é até o dia quinze de maio próximo. O Sr. **Braulio**  
57 **Dias** lembrou que a CONABIO aprovou a metodologia para a elaboração do Terceiro Relatório em  
58 agosto de 2004 e informou que o mesmo será composto por duas partes: a) definição de metas  
59 nacionais de redução da perda de biodiversidade, correlatas às metas globais definidas no Plano  
60 Estratégico da CDB para 2010 e na Estratégia Global para Conservação de Plantas; e b)  
61 levantamento de informações acerca de iniciativas realizadas pelo Brasil que contribuem para a  
62 implementação dos artigos da CDB. Informou, ainda, que foram consultados OEMA's, Programas  
63 do PPA que possuem ações importantes para a implementação da CDB, sociedade civil organizada  
64 e outras entidades, que foi feita pesquisa à internet para a identificação de iniciativas, que as  
65 contribuições foram compiladas e apresentadas ao Grupo de Validação do Relatório e que agora  
66 seriam submetidas à Comissão. A Sra. **Gabriela Tunes** explicou que a Diretoria de Ecossistemas  
67 do IBAMA, o DPG, a Mater Natura e o Instituto Florestal do Estado de São Paulo mandaram  
68 contribuições que não constavam no documento impresso distribuído aos membros, mas que  
69 estavam destacadas na projeção. A Sra. **Glaci Zancan** comentou que no referido relatório há muita  
70 repetição do relatório anterior. O Sr. **Braulio Dias** respondeu que a idéia não é repetir o relatório, e  
71 sim, atualizá-lo, e acrescentou que, mesmo havendo duplicidade, é importante que esse relatório  
72 seja entendido sem que se precise consultar o relatório anterior. A Sra. **Glaci Zancan** indicou  
73 pontos desatualizados no relatório e o Sr. **Braulio Dias** explicou que o que foi recebido na consulta  
74 foi incorporado, que não há condições de se fazer uma revisão de tudo mas que é possível fazer

75 mudanças específicas nos aspectos apontados. A Sra. **Gabriela Tunes** lembrou que na internet  
76 muitas das informações estão desatualizadas. O Sr. **Karim Bacha** questionou sobre o motivo de as  
77 contribuições da SEAP, enviadas por ofício, não constarem no documento e disse que deixaria uma  
78 cópia do expediente para que essas contribuições fossem incorporadas. O Sr. **Ângelo Greco** opinou  
79 que a resposta dada ao item 197 não procedia e questionou sobre a data limite para o envio de  
80 contribuições ao relatório. O Sr. **Braulio Dias** realçou que se o Brasil não apresentar o relatório  
81 dentro do prazo, o mesmo não será apresentado na 8a. Conferência das Partes sobre Diversidade  
82 Biológica COP-8 e comentou que houve dissenso em todas as respostas do trabalho de  
83 biodiversidade de montanhas, motivo pelo qual essas respostas ficaram contraditórias. A Sra.  
84 **Helena Ferreira** comentou que o CNPq aplicou 257 milhões de reais em áreas que atendem a  
85 biodiversidade e questionou o motivo dessa instituição não ter sido consultada. O Sr. **Braulio Dias**  
86 respondeu que o plenário da CONABIO havia decidido quais instituições consultar e pediu que as  
87 contribuições do CNPq fossem enviadas até o dia seis de maio para serem incorporadas. A Sra. **Ione**  
88 **Egler** expôs que o CNPq e as comunidades científicas foram sugeridas pelo MCT. A Sra. **Marcia**  
89 **Chame** comentou sobre a importância de se pensar em outras formas de mobilizar a participação  
90 das pessoas nessas consultas e lembrou que as mudanças na legislação de biossegurança devem ser  
91 consideradas no relatório. A Sra. **Maria Adélia Cruz** disse que faltavam informações quanto às  
92 regiões secas e sub-úmidas na questão 190 e pediu que os produtos do PROBIO relacionados a esse  
93 tema fossem incorporados ao documento. A Sra. **Ione Egler** mencionou erros na cronologia, pediu  
94 que fosse feita uma revisão no relatório e comentou que é preciso fazer um balanceamento para que  
95 assuntos marginais não sejam tão enfocados quanto assuntos de grande significância. O Sr. **Braulio**  
96 **Dias** explicou que o relatório não pretende ser um levantamento exaustivo e sugeriu retirar  
97 informações irrelevantes baseando-se em regras bem definidas e de rápida execução. A Sra. **Glaci**  
98 **Zancan** opinou que a numeração das tabelas deveria ser padronizada. A Sra. **Gabriela Tunes**

99 explicou que o trabalho foi baseado nas informações disponíveis. O Sr. **Afonso Valois** falou sobre o  
100 programa de defesa vegetal e animal do MAPA para a colocação de barreiras sanitárias, que seria  
101 importante incluir esse assunto pois envolve o controle ambiental e que enviaria seus comentários.  
102 O Sr. **Rômulo Mello** comentou sobre a importância do controle de pragas na agricultura e  
103 acrescentou que é necessário ressaltar as ações mais amplas envolvendo todas as espécies invasoras.  
104 A Sra. **Iolita Bampi** opinou que algumas descrições sobre projetos pontuais no relatório são  
105 desnecessárias e exaustivas. A Sra. **Gabriela Tunes** explicou que algumas instituições consideram  
106 fundamental descrever seus planos de manejo e que seria necessário definir um critério para decidir  
107 o que é importante ou não. A Sra. **Marcia Chame** mencionou que o programa Vigiagro, do MAPA,  
108 abrange muitas áreas e é o único sistema que tem agido de forma contínua voltado para a  
109 agricultura. A Sra. **Glaci Zancan** propôs que se definisse o formato das respostas e se estabelecesse  
110 um limite máximo de dez linhas. Houve votação e apenas as representantes do MDA e dos  
111 Movimentos Sociais foram contrárias. A Sra. **Fani Mamede** pediu que fossem apenas avaliados os  
112 destaques do relatório devido ao tempo que uma avaliação total demandaria. O Sr. **Braulio Dias**  
113 discordou e disse que a CONABIO precisava fazer a aprovação de cada artigo. Seguiu-se uma  
114 discussão sobre cada artigo e as respostas propostas pelo GT de Validação foram aprovadas, com  
115 algumas exceções. Nessa discussão, ficaram decididos os seguintes pontos: a) as respostas das  
116 questões 24, 25, 147, 193 e 205 foram modificadas; b) as questões 18, 104, 147, 168 e 197, que  
117 estavam pendentes, foram respondidas; c) as questões 121 e 160 foram colocadas em diligência para  
118 confirmar as respostas; d) os quadros informativos das questões 15, 18, 20, 21, 24, 26, 33, 36, 47,  
119 58, 67, 71, 83, 87, 88, 89, 90, 98, 101, 106, 115, 117, 126, 128, 130, 136, 137, 148, 154, 156, 168,  
120 170, 175, 180, 187, 192, 201 e 206 receberam algum comentário de membros; e) as contribuições  
121 por escrito enviadas até seis de maio serão utilizadas para a complementação dos quadros  
122 informativos. A Sra. **Glaci Zancan** questionou se foi feito algum encaminhamento para a  
123 montagem do PROBIO II sem que a CONABIO tivesse opinado. O Sr. **Braulio Dias** informou que

124 foi montada uma nota conceitual para ser apresentada na reunião anterior mas que não houve tempo  
125 para apresentá-la, que MCT, MAPA, MDA e Fiocruz foram consultados para a elaboração de uma  
126 carta-consulta, aprovada no fim de março pela SEAIN, que foram solicitados US\$ 30 milhões ao  
127 GEF e que o este havia acabado de aprovar a nota conceitual. Seguiu-se para o preenchimento da  
128 questão nº 147 do Terceiro Relatório, na qual foi determinada uma nota média para cada item pelos  
129 membros e convidados presentes em uma votação informal, uma vez que não havia quórum para  
130 deliberações. Às 18h50 o primeiro dia de reunião foi encerrado. O Sr. **Paulo Kageyama** abriu o  
131 segundo dia de reunião às 10h e seguiu-se a apresentação do informe sobre a implementação do  
132 Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança no Brasil e preparação para a COP-MOP 2. O Sr.  
133 **Bernardo Velloso** realçou que o MRE é o ponto focal e a autoridade nacional competente para a  
134 troca de informações sobre o Protocolo, informou que é tarefa do Brasil oferecer ao Secretariado da  
135 CDB uma lista de especialistas brasileiros que possam atuar como peritos na área de biossegurança,  
136 enfatizou a necessidade do país de estar em dia com suas obrigações já que sediará a COP-8 e a  
137 MOP-3 e lembrou que o Brasil é o maior detentor de biodiversidade do planeta e que é preciso  
138 privilegiar a abordagem exportadora. Dentro do comentado pelo Sr. **Bernardo Velloso**, destaca-se,  
139 ainda, a criação de um comitê, do qual o Brasil não faz parte, para o cumprimento do Protocolo, a  
140 ampla participação prevista do público na tomada de decisão quanto ao tema transgênicos e a  
141 realização de uma reunião, com representantes da sociedade civil, para a conformação da posição  
142 brasileira. O Sr. **Rubens Nodari** opinou que, quanto à implementação do Protocolo, o Brasil estava  
143 atendendo ao Secretariado de maneira razoável, explicou que os questionários dos documentos da  
144 MOP não foram respondidos pois o país encontra-se em uma fase de transição, enfatizou a  
145 necessidade de se definir urgentemente a posição brasileira para que possa haver uma contribuição e  
146 disse que o Brasil pode avançar e gerar capacitação através de pesquisas internas para análise de  
147 risco. O Sr. **Rubens Nodari** destacou a questão da identificação dos OGM's destinados à  
148 alimentação humana e animal, informando que o MMA é favorável à uma identificação mínima dos

149 transgênicos, em vez de se usar apenas o termo pode conter, para que não haja desvio do uso e  
150 sementes não caiam no meio ambiente inadvertidamente. Lembrou, ainda, que o MRE está  
151 organizando um seminário sobre definição de danos no qual a sociedade civil terá a possibilidade de  
152 manifestar-se. O Sr. **Lídio Coradin** disse que o Brasil pode implementar o Protocolo em sua  
153 plenitude e exemplificou alguns artigos de difícil negociação e que precisavam de uma discussão  
154 interna para que se considerasse os dois lados (da exportação/ produção e da proteção/  
155 conservação). A Sra. **Maria Adélia Cruz** perguntou sobre a data da reunião com as ONG's. O Sr.  
156 **Bernardo Velloso** respondeu que será no dia 17 de maio e que serão enviados os convites. O Sr.  
157 **André Fenner** questionou sobre o projeto com o GEF. O Sr. **Rubens Nodari** respondeu que, assim  
158 que a lei de biossegurança for regulamentada, haverá reunião com os ministérios, será elaborado  
159 novo projeto e a discussão será retomada. A Sra. **Sônia Dietrich** questionou sobre contatos de  
160 governo. O Sr. **Rubens Nodari** informou que não houve contatos entre governo mas que existe  
161 contato através do Biosafety Clearing-House e de acordos bilaterais para a troca de informações. O  
162 Sr. **Bernardo Velloso** comentou que o Brasil só ratificou o Protocolo após muitos debates para  
163 saber se atenderia aos interesses do país e que o MRE é o ponto focal devido à sua imparcialidade.  
164 A Sra. **Adriana Tescari** informou que Curitiba está confirmada para sediar a MOP-3 (13 a 17 de  
165 março de 2006) e a COP-8 (20 a 31 de março de 2006) e que as reuniões sobre o Art. 8(j) e Acesso  
166 e Repartição de Benefícios serão antecipadas para janeiro. O Sr. **Paulo Kageyama** agradeceu e  
167 solicitou que se voltasse ao preenchimento da tabela da questão 147 do Terceiro Relatório. A Sra.  
168 **Grace Pereira** solicitou a revisão das questões 76, 83 e 85, argumentando que não pôde estar  
169 presente na discussão. A Sra. **Iolita Bampi** disse considerar razoável essa solicitação e propôs que  
170 se finalizasse a tabela antes de se tratar dessas questões. A Sra. **Maria Adélia Cruz** opinou que  
171 seria um desrespeito com as pessoas que estavam presentes na discussão do dia anterior e que não  
172 estavam mais presentes. A Sra. **Sônia Dietrich** lembrou que a reunião estava marcada para outra

173 data e que muitos não puderam encaixar a mudança na agenda. Em seguida foi feita uma votação  
174 para a revisão das questões mencionadas. Tendo havido apenas 2 votos a favor, o Sr. **Braulio Dias**  
175 sugeriu que a Sra. **Grace Pereira** enviasse, dentro do prazo determinado, sugestões para os quadros  
176 informativos. Foi feita nova votação, desta vez para dar nota à coluna sobre montanhas da tabela da  
177 questão 147. Houve 11 votos a favor, nenhum voto contrário e 2 abstenções (MS e CNI). Seguiu-se  
178 uma intensa discussão sobre a metodologia para completar a tabela até ser decidido que cada  
179 membro receberia uma cópia da tabela, faria anotações nas células que discordavam e passaria para  
180 a Secretaria Executiva da CONABIO compilar. A Sra. **Grace Pereira** enfatizou que não  
181 compartilhava das decisões tomadas pelo plenário quanto aos itens 76, 83 e 85. Seguiu-se para o  
182 item 5.3 da pauta e a Sra. **Adriana Tescari** comentou que participará desta reunião que ocorrerá na  
183 Itália em junho, que o MRE espera receber contribuições e que os rascunhos dos documentos já  
184 encontram-se disponíveis na internet. O Sr. **Braulio Dias** comentou sobre a agenda provisória da  
185 reunião e enfatizou que os itens sobre cooperação para o estabelecimento de áreas marinhas  
186 protegidas e sobre mobilização de recursos financeiros para a implementação do programa de  
187 trabalho sobre áreas protegidas por países em desenvolvimento e países com economias em  
188 transição mereciam especial atenção. A Sra. **Grace Pereira** fez uma observação sobre a  
189 implementação de UCs no grupo dos megadiversos, lembrando os objetivos da CDB (conservação,  
190 uso sustentável e repartição de benefícios). Às 13h o Sr. **Braulio Dias** pediu que se fizesse um  
191 intervalo para almoço e pediu que os membros voltassem à tarde para que houvesse quórum para  
192 deliberações. O Sr. **Paulo Kageyama** reabriu a reunião às 14h50. O Sr. **Braulio Dias** perguntou  
193 como o Fórum de Áreas Protegidas poderia ajudar na consulta para a reunião a ser realizada na  
194 Itália. A Sra. **Iara Vasco** respondeu que o Fórum é um instrumento para consulta e debate  
195 disponível para a sociedade, que há quase 600 pessoas inscritas, que os documentos estarão  
196 disponíveis no portal e que serão feitas solicitações para que se envie contribuições até o dia vinte  
197 de maio. O Sr. **César Victor** questionou sobre a participação da sociedade civil na elaboração do

198 Plano Nacional de Áreas Protegidas. A Sra. **Iara Vasco** respondeu que foi criado um GT que conta  
199 com a participação das seguintes instituições: WWF, ISA, GTA, COIAB e Canindé, indicadas pelo  
200 Fórum de ONG's Ambientalistas e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e para o  
201 Desenvolvimento. O Sr. **André Fenner** perguntou como serão recebidas as contribuições da  
202 CONABIO. O Sr. **Braulio Dias** respondeu que essas contribuições poderiam ser encaminhadas à  
203 Secretaria Executiva da CONABIO até o dia vinte de maio. Seguiu-se para o item 5.4 da pauta. O  
204 Sr. **João Paulo Viana** informou que o objetivo do Aquabio é promover ações estratégicas para a  
205 implementação da Gestão Integrada da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Hídricos  
206 (GIBRAH), internalizando os objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade aquática  
207 nas políticas e programas de desenvolvimento sustentável da Amazônia. O projeto inclui os nove  
208 Estados da Amazônia Legal, sendo que ações diretas no campo serão limitadas à três sub-bacias  
209 (áreas demonstrativas), localizadas nos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso. O projeto é  
210 estruturado em quatro componentes: 1) Planos e políticas públicas; 2) Atividades demonstrativas; 3)  
211 Capacitação; e 4) Monitoramento, avaliação e disseminação de informações. O Sr. **João Paulo**  
212 **Viana** informou, ainda, que as atribuições da CONABIO em relação ao projeto são: 1) analisar e  
213 aprovar os Planos Operativos Anuais; 2) acompanhar e avaliar os resultados do projeto; 3) propor  
214 medidas para corrigir problemas identificados ao longo da execução do projeto; e 4) incorporar as  
215 lições aprendidas pelo projeto nas políticas nacionais. O Sr. **Simão Marrul** explicou que essa é a  
216 primeira experiência de gestão que incorpora uma visão ecossistêmica de recursos pesqueiros e que  
217 a decisão de que a CONABIO passaria a orientar o Aquabio indica que os recursos pesqueiros  
218 foram incorporados ao tema biodiversidade. O Sr. **César Victor** parabenizou o projeto e questionou  
219 sobre a disputa de recursos entre os projetos do GEF. O Sr. **Braulio Dias** explicou que não há limite  
220 claro por país, que há um risco eventual de competição interna e que deve-se ter cuidado para não  
221 repetir projetos. O Sr. **Clóvis Andrade** questionou sobre a interação do Aquabio com os projetos  
222 que existem a mais tempo na Amazônia. O Sr. **João Paulo Viana** citou o trabalho do Pró-Varzea e

223 de algumas iniciativas locais. O Sr. **Lúcio Flores** perguntou sobre o envolvimento das comunidades  
224 indígenas. O Sr. **João Paulo Viana** comentou que há ONG's pensando em fazer capacitação de  
225 índios para monitoramento, principalmente no Xingú, e que no plano de sub-bacia a idéia é montar  
226 comitês específicos onde os diversos grupos sociais serão convidados a participar. Seguiu-se para o  
227 item 4.2 da pauta Resultados da Câmara Técnica Temporária Cerrado e Pantanal CTT Cerrado e  
228 Pantanal. O Sr. **Braulio Dias** apresentou o relatório das atividades da CTT Cerrado e Pantanal e  
229 perguntou se o modelo de relatório estava satisfatório. O Sr. **André Fenner** fez algumas  
230 observações quanto à linguagem do texto e disse que as enviaria por escrito. A Sra. **Cléia Porto**  
231 opinou que as medidas propostas não eram capazes de conter o processo de degradação do Cerrado  
232 e comentou que seria bom propôr, como medidas estruturantes, rigorosos processos de  
233 regularização fundiária que contemplem as populações tradicionais. O Sr. **Braulio Dias** concordou  
234 e explicou que, devido ao prazo relativamente curto, não houve tempo para focar as ações  
235 estruturantes, que alguns assuntos merecem ser aprofundados e que cabe à CONABIO concordar  
236 com o relatório ou sugerir o que for necessário para aprofundá-lo. O Sr. **Paulo Kageyama**  
237 comentou sobre a ação conjunta entre MMA e MAPA para o combate ao desmatamento e ao avanço  
238 da agropecuária no Cerrado. A Sra. **Sônia Dietrich** opinou que as deliberações sobre oficinas  
239 extrapolavam o objetivo das ações emergenciais e que as medidas propostas pela CTT Cerrado e  
240 Pantanal levavam muito tempo para dar resultados. A Sra. **Fátima Oliveira** concordou com o  
241 encaminhamento da ação estruturante nº 6 mas sugeriu que esta fosse integrada à DIREF/IBAMA e  
242 à Diretoria de Gestão Estratégica, e lembrou que existem UCs Estaduais e Municipais, e não apenas  
243 UCs Federais. O Sr. **Clóvis Andrade** disse ter aprovado o relatório e opinou que a CTT Cerrado e  
244 Pantanal foi cautelosa ao apresentar propostas concretas. A Sra. **Fani Mamede** propôs que se  
245 indicasse o apoio da CONABIO à implementação do Programa Cerrado Sustentável, como uma  
246 ação estruturante. O Sr. **César Victor** disse que estava frustrado em ter que discutir todo o trabalho  
247 da Câmara rapidamente e opinou que seria mais prudente tratar esse assunto no início da próxima

248 reunião da CONABIO. O Sr. **Onildo Marini** mencionou que era preciso fazer um estudo de  
249 sobreposição de competências do CONAMA e da CONABIO. O Sr. **Braulio Dias** explicou que foi  
250 feito um documento que confrontava as competências da CONABIO, do CONAMA, do CGEN, da  
251 CTNBio e da CONAFLORE e que esse assunto já havia sido discutido. O Sr. **Rômulo Mello** sugeriu  
252 que fosse feita nova reunião para discutir os resultados da CTT Cerrado e Pantanal. O Sr. **André**  
253 **Fenner** posicionou-se contra essa sugestão. O Sr. **Aladim Gomes** pediu que os documentos das  
254 pautas fossem disponibilizados em língua portuguesa. O Sr. **César Victor** mencionou a necessidade  
255 de maior compromisso por parte das instituições que compõem a CONABIO para que haja quorum.  
256 O Sr. **Paulo Kageyama** sugeriu que se discutisse os resultados da Câmara no início da próxima  
257 reunião ordinária. O Sr. **André Fenner** lembrou que deverão ser feitos ajustes nas datas propostas  
258 em algumas minutas de deliberação. O Sr. **Braulio Dias** apresentou as mudanças feitas na minuta  
259 de deliberação que criava a CTT Coleções e colocou a mesma em votação. Houve 11 votos a favor,  
260 nenhum contra e nenhuma abstenção. O Sr. **Paulo Kageyama** informou que a COP-8 será  
261 anunciada oficialmente na cerimônia de comemoração do Dia Internacional da Biodiversidade (22  
262 de maio), agradeceu pela participação dos membros e encerrou a reunião às 17h40. Eu, Raquel  
263 Resende, por solicitação do Presidente da mesa, lavrei a presente ata.

267  
268  
269

**JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO**  
Secretário de Biodiversidade e Florestas  
Presidente da CONABIO